

EDITAL/INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
SELEÇÃO PÚBLICA Nº 004/2022
TIPO: MENOR PREÇO
MODO DE DISPUTA: FECHADO
PROCESSO DE COMPRA Nº 1437/2022

FACEV – Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa.

Vila Giannetti - Casa 03 - Campus Universitário,

Viçosa-MG, CEP: 36570-900.

Telefone: (31) 3612-3800

projetos.reinaldo@facev.org.br– www.facev.org.br

OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para realizar serviço de levantamento aerofotogramétrico da zona urbana da cidade de Muriaé - MG, conforme especificações descritas no item 2.1 deste edital.

RECIBO

A Sociedade Empresária CNPJ nº _____, através de _____ CPF nº _____ (nome e CPF da Pessoa Física) retirou este Edital de Seleção Pública e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail: _____.

(Assinatura)

Obs.: este recibo deverá ser remetido à comissão de seleção pelo e-mail: projetos.reinaldo@facev.org.br para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário.

ÍNDICE

1.	REALIZAÇÃO DA DISPUTA FECHADA.....	3
2.	OBJETO.....	4
3.	DO VALOR.....	4
4.	DA FONTE DOS RECURSOS.....	4
6.	DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
7.	DA PROPOSTA DE PREÇO.....	6
8.	DA HABILITAÇÃO.....	7
9.	DA SESSÃO DA SELEÇÃO: PROCEDIMENTO.....	12
10.	DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	13
11.	DOS RECURSOS.....	14
12.	DA ADJUDICAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.....	14
13.	DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO RELATIVO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS.....	15
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18
15.	DO FORO.....	20
	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.....	21
	ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA.....	34
	ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS.....	35
	ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS.....	36
	ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	37
	ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE DE MENORES.....	38
	ANEXO VII – TERMO DE COMPROMISSO.....	39

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 004/2022

A FACEV – Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, com sede no Campus da Universidade Federal de Viçosa, na Vila Giannetti, casa 03, em Viçosa/MG, inscrita no CNPJ sob o número 02.414.568/0001-84, vem por meio de seu Diretor-Presidente Edgard Francisco Alves, informar que realizará **SELEÇÃO PÚBLICA, do tipo MENOR PREÇO, objetivando firmar termo de compromisso para contratações futuras**, nos termos do art. 40, Decreto nº 8.241/2014, contratação de uma empresa especializada para realizar serviço de levantamento aerofotogramétrico da zona urbana da cidade de Muriaé - MG, conforme especificações descritas no item 2.1 deste edital. Esta seleção pública será regida pelo Decreto Federal nº 8.241/2014 com vistas aos princípios da transparência, da eficiência, da competitividade, da busca permanente de qualidade e durabilidade e da vinculação ao instrumento convocatório. Aplica-se também, no que a norma supracitada for omissa, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, a Lei Complementar Federal nº 147, de 7 de agosto de 2014, a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e demais normas sobre a matéria.

1. REALIZAÇÃO DA DISPUTA FECHADA

DIA: 09/03/2022

HORA: 08:00 horas

LOCAL: Portal do Fornecedor

ENDEREÇO: Vila Giannetti, Casa 03, Campus UFV – Viçosa-MG.

1.1. Todas as referências de tempo constantes do ato convocatório, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa à seleção.

1.2. A presente Seleção será realizada no Portal do Fornecedor através do endereço eletrônico:

<https://facev.conveniar.com.br/Fornecedor/Login.aspx?ReturnUrl=%2ffornecedor.>

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da Seleção Pública a escolha da proposta mais vantajosa para firmar termo de compromisso para contratação de uma empresa especializada para realizar serviço de levantamento aerofotogramétrico da zona urbana da cidade de Muriaé - MG, conforme as especificações abaixo:

2.2. Lote 01 – Serviços Especializados

Item	Descrição
1	Geração de ortofotos com cobertura aérea de 2710 ha, além da elaboração do Modelo Digital de Terreno (MDT), ou seja, o conjunto de pontos com coordenadas conhecidas em um determinado sistema de referência cartográfica equidistantes ou não, com elevação conhecida, limitando-se apenas ao terreno, sem informações referentes às edificações, vegetação, entre outros.

2.3. Devem estar inclusos na proposta todos os custos necessários para a prestação dos serviços.

2.4. São partes integrantes da presente Seleção Pública os seguintes Anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Declaração de Concordância
Anexo III	Declaração de inexistência de fatos impeditivos
Anexo IV	Proposta de preços
Anexo V	Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte
Anexo VI	Declaração de não empregabilidade de menores
Anexo VII	Termo de Compromisso

3. DO VALOR

3.1. O valor máximo da contratação é o estabelecido na tabela abaixo:

Lote	Valor de Referência e Máximo Aceitável
1	R\$115.000,00

4. DA FONTE DOS RECURSOS

5. As despesas decorrentes da presente Seleção Pública correrão à conta dos recursos consignados no Projeto 334 – TED 06/2021/MDR-SEDEC/UFV.

5.1. Somente poderão participar da presente licitação as empresas legalmente autorizadas a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta Seleção, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2. Estarão **impedidas** de participar desta seleção:

5.2.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.2.2. Empresas que tenham sido impedidas ou suspensas temporariamente de contratar com a FACEV ou com a UFV;

5.2.3. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

5.2.4. Empresas que estejam em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.2.5. Empresas que não contiverem em seu contrato social finalidade ou objetivo compatível com o objeto desta convocação; e

5.2.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.3. É admitida a participação de empresas estrangeiras.

5.3.1. As empresas estrangeiras deverão ter, na data da sessão, representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

5.4. O interessado arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado da Seleção.

5.5. A participação do interessado implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

5.6. As dúvidas técnicas deverão ser encaminhadas por e-mail, para projetos.reinaldo@facev.org.br, aos cuidados de Reinaldo Soares.

6. DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Deverão ser inseridas as “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” no portal do fornecedor, através do endereço eletrônico: <https://facev.conveniar.com.br/Fornecedor/Login.aspx?ReturnUrl=%2ffornecedor>.

6.2. A FACEV não se responsabilizará por “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” que não sejam inseridas, no Portal do Fornecedor, até a data e horário definidos neste Edital.

7. DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1. A proposta de preços deverá ser **anexada no portal do fornecedor** em **01 (uma) via**, em papel timbrado do licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais, e, ainda conter os seguintes elementos:

7.1.1. Razão social, o CNPJ, e endereço completo, o número do telefone e do fac-símile, endereço eletrônico, *e-mail*, bem como o número da conta corrente, o nome do banco e respectiva agência onde deseja receber seus créditos;

7.1.2. Cotação apresentando o preço global contendo todos os preços unitários de seus respectivos itens multiplicados pelos quantitativos, em moeda nacional, incluindo todas e quaisquer despesas, tais como: frete, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o bem. Havendo discordância entre os preços expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos;

7.2. Prazo para a entrega da mercadoria;

7.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da abertura da sessão de seleção pública;

7.2.2. Indicação expressa de que tem pleno conhecimento das condições da licitação e da execução dos serviços, bem como das normas técnicas e legislação que tratam

do assunto. Na ausência desta declaração, considerar-se-á tacitamente entendido que a licitante tem plena ciência dessas condições, bem como das normas técnicas e legislação que tratam da matéria;

7.2.3. Não serão consideradas as propostas apresentadas por consórcios ou grupos de empresas, bem como aquelas que não obedecerem às condições do presente Instrumento Convocatório;

7.2.4. As especificações claras, completas e minuciosas do item ofertado deverão estar em conformidade com o Anexo I deste Instrumento; e

7.2.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da empresa, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.3. A proposta vencedora, para o referido serviço, será aquela que ofertar o **MENOR PREÇO**.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação na seleção pública, será exigida do interessado mais bem classificado, exclusivamente, documentação referente à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, que **deverão ser digitalizados de forma legível e anexados previamente, antes da abertura da seleção pública, via portal do fornecedor juntamente com a proposta** conforme discriminado nos itens seguintes:

8.1.1. Habilitação Jurídica

I - Registro comercial, no caso de empresa individual;

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;

III - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

IV - Declaração de que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela administração pública; e

V - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

VI - Declaração emitida pela instituição atestando que atende ao inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo a condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo do Anexo VI.

8.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;

II - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que comprove situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

III - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título IV - A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.1.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal.

8.1.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresas ou empresas de pequeno porte, assegurar-se-á o prazo de **05 (cinco) dias**, para a devida e necessária regularização.

8.1.2.3. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.1.2.4. O prazo previsto no item **8.1.2.2** poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo participante e expressamente autorizado pela FACEV.

8.1.2.5. A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.

8.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.1.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; e

8.1.4. Qualificação Técnica

8.1.4.1. A equipe técnica apresentada deverá ser composta por profissionais habilitados em suas respectivas entidades profissionais, que tenham comprovação de experiência nos serviços objeto da contratação, em conformidade com a área de atuação de cada técnico.

8.1.4.2. Deverá ser apresentada declaração relacionando e qualificando cada um dos membros da equipe técnica alocada, com anuência dos mesmos, para a execução dos serviços deste edital, sendo esta, composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais, devendo atender os seguintes requisitos:

- I. 01 Coordenador Técnico, com formação acadêmica em Engenharia de Agrimensura e/ou Engenharia Cartográfica, responsável por todos os serviços executados, com experiência comprovada por atestado e respectiva certidão de acervo técnico emitida pelo conselho profissional;
- II. 01 Coordenador de aerolevanteamento, com formação acadêmica em Engenharia de Agrimensura e/ou Cartografia responsável pelas atividades de aerolevanteamento, com experiência comprovada por atestado e respectiva certidão de acervo técnico emitida pelo conselho profissional;
- III. Técnico de Segurança do Trabalho para acompanhamento das atividades em campo.

8.1.4.3. A experiência técnico-profissional de cada membro da equipe técnica, na sua respectiva área de atuação, deverá ser comprovada através de:

- I. Registro ou inscrição da licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Certidão de registro e Quitação Pessoa Jurídica), conforme o caso, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), da região da sede da empresa;
- II. Atestado de capacidade técnico-profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, CAT(s), que tenha sido contratado para a execução de serviços similares, em características, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto do edital. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser de serviço(s) já concluída(s) e deverá(ão) constar discriminadamente os serviços componentes e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância.

8.1.4.4. Demais exigências

- I. Não será permitida a participação de proponentes reunidas em consórcio;
- II. Não será permitida a subcontratação total dos serviços;
- III. Inscrição da Licitante no Ministério da Defesa, categoria “A”, em vigor, conforme normas da Portaria Normativa nº 101/GM-MD, de 26 de dezembro de 2018.
- IV. No mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre a capacitação técnica da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, comprovação sua aptidão e domínio nas seguintes áreas de atuação:

- Aerofotogrametria e perfilamento laser;

V. Declaração de disponibilidade da relação de equipamentos a serem utilizados, constando suas características (marca e modelo), conforme especificado no termo de referência, constando no mínimo:

- 01 câmara aerofotogramétrica digital de grande formato com sensores independentes de registro das bandas R, G, B;
- 01 aeronave homologada para serviços de aerolevanteamento;
- 01 sensor laser aerotransportado com frequência capaz de atender às exigências técnicas definidas na especificação técnica;

VI. Deverá ser anexada cópia dos certificados de Aeronavegabilidade e o de Matrícula e Nacionalidade, expedido pela ANAC, da(s) aeronave(s) a ser(em) utilizada(s) em nome da empresa, ou sob contrato, assim como cópia do Formulário SEGVÔO 001, referente à homologação do(s) sensor(es) aerotransportado(s) a ser(em) utilizado(s) na(s) aeronave(s), de acordo com o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica.

VII. Deverão ser anexadas cópias do PGR (Programa de Gerenciamento de Risco) com ART e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) da empresa participante e estes documentos devem estar vigentes na data da licitação.

VIII. Certidão de registro no CREA.

8.1.5. Declarações

8.1.5.1. A licitante deverá apresentar todas as declarações contidas neste instrumento, em seus anexos.

8.2. Disposições Gerais Da Habilitação

8.2.1. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pela Comissão de Seleção ou por membro da equipe, no momento da análise dos

documentos de habilitação, ou ainda em publicação feita em veículo de imprensa apropriado.

8.2.1.1. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor da Seleção nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2.1.2. A FACEV não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o participante será inabilitado.

8.2.2. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do participante vencedor.

8.2.3. Em se tratando de participante empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

8.2.4. Caso o interessado mais bem classificado não atenda às exigências de habilitação, a fundação poderá convocar os demais participantes, na ordem de classificação, para apresentar a documentação necessária à habilitação.

9. DA SESSÃO DA SELEÇÃO: PROCEDIMENTO

9.1. No horário e local indicados neste edital serão abertas as propostas.

9.2. Os participantes farão a inserção no Portal do Fornecedor, até a data e hora constante na primeira página deste edital, da declaração de pleno atendimento às exigências do Edital, da Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

9.2.1. As licitantes deverão entregar junto com a declaração de pleno atendimento às exigências do Instrumento Convocatório, a certidão de comprovação de microempresas ou empresas de pequeno porte.

9.3. Após a data e horário limite estabelecido, estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes na Seleção Pública.

9.4. Após a classificação das propostas, examinar-se-á os documentos de habilitação da empresa melhor classificada, e todas as páginas serão rubricadas pelos membros da Comissão e pelos presentes no ato.

9.5. Será elaborada ata circunstanciada que será assinada pelos presentes à sessão.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Abertas as propostas comerciais apresentadas, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2. A proposta vencedora, para o referido objeto, será aquela que, respeitando o exposto no edital, apresentar o **MENOR PREÇO** e posteriormente atender às exigências de habilitação.

10.3. Após a classificação das propostas recebidas, a Comissão dará início à fase de habilitação, analisando os documentos de habilitação, previamente inseridos no Portal do Fornecedor do interessado mais bem classificado.

10.4. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, sendo aceitável a proposta de preço e estando habilitada a melhor classificada, será ela declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da presente licitação pela Comissão de Seleção.

10.5. As decisões da Comissão de Seleção serão comunicadas mediante publicação no sítio da CONTRATANTE, no endereço *www.facev.org.br* por, pelo menos, **01 (um) dia**, salvo aquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício e/ou *e-mail*, aos representantes legais dos Fornecedores, principalmente, quanto a:

- a) Julgamento das propostas;
- b) Julgamento da habilitação da empresa;
- c) Resultado de recurso porventura interposto;
- d) Resultado de julgamento desta Seleção.

11. DOS RECURSOS

11.1. Conforme dispõe o Decreto 8.241/2014, a fase recursal será única, após o julgamento das propostas.

11.2. Os participantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação manifestarão imediatamente, após a publicação dos resultados, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão. **O prazo para intenção de interposição de recurso se encerrará em 24 horas após o anúncio da declaração da empresa vencedora.**

11.3. As razões dos recursos serão apresentadas no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado a partir da data de ciência.

11.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será de **03 (três) dias úteis**, contado imediatamente a partir do encerramento do prazo para apresentação das razões recursais;

11.5. O recurso será dirigido a quem proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de **03 (três) dias úteis**, o encaminhará à autoridade máxima da fundação de apoio, que terá competência para a decisão final, em até **05 (cinco) cinco dias úteis**.

11.6. O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

12.1. A Comissão de seleção adjudicará o objeto da Seleção ao participante vencedor, quando inexistir recurso, ou, quando existir, for por ela decidido com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

12.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao vencedor, quando a Comissão de seleção mantiver sua decisão sobre o recurso, e homologará o procedimento.

12.3. Encerrado o procedimento, o representante legal do participante que tiver apresentado a proposta vencedora e aceita, será convocado para firmar o compromisso.

12.3.1. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o termo de compromisso.

12.3.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura, ou recuse-se a assinar, serão convocados os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, devendo ser analisada a habilitação sujeitando-se o adjudicatário recusante às penalidades constantes deste instrumento convocatório.

12.3.3. Na hipótese de convocação dos participantes remanescentes, a FACEV deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este valor, aproximando-o do valor da proposta mais vantajosa, ou até mesmo superando-a.

12.3.4. O representante legal do participante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o termo de compromisso, dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento da comunicação, através de fax, correio ou *e-mail*.

13. DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO RELATIVO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS.

13.1 Após a homologação da Seleção Pública, o termo de compromisso observará, entre outras, as seguintes condições:

13.1.1 Serão registrados os preços e quantitativos do melhor classificado durante a etapa competitiva

13.1.2 O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico da FACEV e ficará disponível durante a vigência do termo de compromisso.

13.2 Homologada a Seleção Pública, o Setor de Compras/Licitação da FACEV convocará o vencedor para, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da convocação**, assinar o termo de compromisso constante do ANEXO VII.

13.3 Caso o vencedor classificado em primeiro lugar não assine o termo, não apresente situação regular no ato da assinatura ou não retire ou confirme o recebimento

da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, serão examinadas as ofertas subsequentes, bem como os respectivos documentos de habilitação dos proponentes, convocando- os, na ordem de classificação, para assinar o termo de compromisso mantido o preço do primeiro classificado na seleção ou proposta ainda mais favorável para a Administração.

13.4 No ato da assinatura do termo e durante sua vigência, o vencedor deverá manter as mesmas condições para habilitação e classificação da proposta.

13.5 A vigência do termo de compromisso de fornecimento será **60 (sessenta) dias** e poderá ser prorrogada por iguais períodos, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço se mantém vantajoso, nos termos do art. 40 parágrafo único do Decreto nº 8.241/2014.

13.6 A futura contratação, se for o caso, dos fornecedores com preços registrados no termo de compromisso e será formalizada pela FACEV, por intermédio da assinatura do termo de compromisso, ordem de serviço/autorização de fornecimento parcial ou instrumento equivalente.

13.7 Serão permitidos acréscimos ou supressões no objeto até 40% (quarenta por cento) do valor inicial atualizado do termo de compromisso, por aplicação analógica do o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 29 do Decreto nº .8241/2014.

13.8 A existência de preços registrados no termo de compromisso não obriga a FACEV a firmar as contratações que deles poderão advir futuramente, facultando- se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.9 Durante a vigência do termo de compromisso, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas no art. 17 do Decreto nº 7.892/13, observadas, em qualquer caso, as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, por aplicação analógica.

13.9.1 Nessa hipótese, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o termo e iniciar outro processo licitatório.

13.10 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a FACEV convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado:

13.11 O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

13.11.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

13.12 A seleção pública será cancelada e, conseqüentemente, o termo de compromisso de entrega futura, por meio de processo administrativo específico e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando houver razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas ou quando o fornecedor:

13.12.1 Não cumprir as condições do instrumento convocatório e termo de referência.

13.12.2 Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo Departamento de Compras da FACEV, sem justificativa aceitável.

13.12.3 Deixar de cumprir qualquer condição de habilitação exigida no processo de seleção pública.

13.12.4 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado.

13.13 O cancelamento da seleção pública poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados.

13.14 Durante a validade do termo de compromisso de fornecimento, o fornecedor não poderá alegar inexecução na prestação do serviço ofertado, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste Edital e na Lei.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Este Edital estará disponível a qualquer interessado no sítio eletrônico: <http://facev.conveniar.com.br/Fornecedor/Login.aspx?ReturnUrl=%2ffornecedor> e deverá ser lido e interpretado na íntegra, e, após o encaminhamento da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

14.2 Fica assegurado à **FACEV** o direito de, no interesse da Administração e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

14.2.1 Anular, por iniciativa própria ou mediante provocação de terceiros, quando houver ilegalidade ou revogar, por interesse público, a presente licitação, sempre em despacho fundamentado, a qualquer tempo dando ciência aos interessados.

14.3 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Seleção Pública e seus Anexos, excluir-se-á o do dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Facev.

14.4 Até **02 (dois) dias úteis** antes da data da sessão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório.

14.5 Quaisquer esclarecimentos sobre este Edital deverão ser solicitados, por escrito, à Comissão de Seleção da Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa - FACEV, pelo telefone (31) 3612-3800, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, ou através do *e-mail*: projetos.reinaldo@facev.org.br para a obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários, devendo ser feito até **02 (dois) dias anteriores** à data da abertura da Seleção Pública.

14.6 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e *e-mail*).

14.7 Caberá à Comissão de seleção decidir sobre a petição no prazo de **24 (vinte e quatro horas)** contados da sua protocolização, apoiado pelo setor técnico responsável pela elaboração do Edital ou pelo órgão jurídico, conforme o caso.

14.8 Será designada nova data para realização da sessão quando:

- a) For acolhida a impugnação contra o ato convocatório;
- b) A Comissão de seleção não responder dentro do prazo estabelecido;
- c) Houver qualquer modificação no ato convocatório, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.9 É vedado ao participante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão.

14.10 Os esclarecimentos das consultas formuladas serão divulgados mediante correspondências enviadas aos potenciais participantes, por correio, fax ou *e-mail*.

14.11 É facultado à Comissão de seleção, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado.

14.12 O objeto da presente Seleção poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 40% (quarenta por cento) na forma do art. 29 do Decreto 8.241/2014.

14.13 A Comissão de Seleção, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, com validade e eficácia, e acessível a todos os interessados.

14.14 A Comissão de Seleção, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da Seleção, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.15 Quando não acudirem interessados à Seleção Pública, os interessados não atenderem às condições de habilitação ou as propostas apresentadas não atenderem aos critérios de seleção, a FACEV poderá contratar diretamente o fornecedor, desde que mantidas as condições preestabelecidas no instrumento convocatório inclusive quando ao valor máximo estabelecido para a contratação.

14.16 Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre a presente Seleção serão prestadas pela Comissão de Seleção, no horário de 08:00 às 12:00

ou das 14:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, pelo e-mail: projetos.reinaldo@facev.org.br.

14.17 O COMPROMISSÁRIO compete obter, às suas custas, as informações complementares necessárias ao fornecimento do objeto licitado.

14.18 Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer época.

14.19 Fica assegurado à Comissão de Seleção o direito de no interesse público, e sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

- a) Adiar a abertura das propostas da presente licitação, dela dando conhecimento aos interessados;
- b) Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, fixando novo prazo.

15 DO FORO

15.1 Para dirimir qualquer questão contratual oriunda da presente licitação, fica eleito o foro da Comarca de Viçosa, MG, com exclusão de todos os outros, por mais privilegiados que se possam traduzir.

Viçosa, 21 de fevereiro de 2022.

Comissão de seleção

Fernanda R. Moura da Silva

Leonardo Lopes

Lucimar Teixeira Ramos

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. O objeto deste Termo de Referência é a contratação de uma empresa especializada para realizar serviço de levantamento aerofotogramétrico da zona urbana da cidade de Muriaé - MG, no que tange à geração de ortofotos com cobertura aérea de 2710 ha, além da elaboração do Modelo Digital de Terreno (MDT), ou seja, o conjunto de pontos com coordenadas conhecidas em um determinado sistema de referência cartográfica equidistantes ou não, com elevação conhecida, limitando-se apenas ao terreno, sem informações referentes às edificações, vegetação, entre outros.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa - Facev, no desenvolvimento das suas funções, necessita contratar serviço técnico profissional em planejamento e execução dos serviços descritos no item 1.1 para suporte na elaboração dos seguintes projetos e estudos:

Meta 2: Levantamento de documentos existentes, mapas, dados para a elaboração do Plano Municipal de Redução de Risco dos municípios de Muriaé, Visconde do Rio Branco, Manhumirim, Ervália, Ewbank da Câmara, Diogo de Vasconcelos e Matias Barbosa.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação;
- 3.2. Não poderão participar desta licitação interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 3.3. Não poderão participar desta licitação interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme artigo 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- 3.4. Não poderão participar desta licitação interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou insolvência, em processo de dissolução ou de liquidação;
- 3.5. Não poderão participar desta licitação entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4. DA ÁREA DE INTERESSE

- 4.1. A delimitação da zona urbana se deu a partir da malha de setores censitários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ressalta-se que a atualização do banco de dados se deu em Março de 2021 e pode ser disponível no link: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Neste local, procurar em organizacao_do_território, malhas_territoriais, malhas_de_setores_censitarios_divisoes_intramunicipais, 2020, Malha_de_setores_(shp)_ por UFs, e selecionar MG. Ai se baixa o arquivo MG_setores_2020.zip.

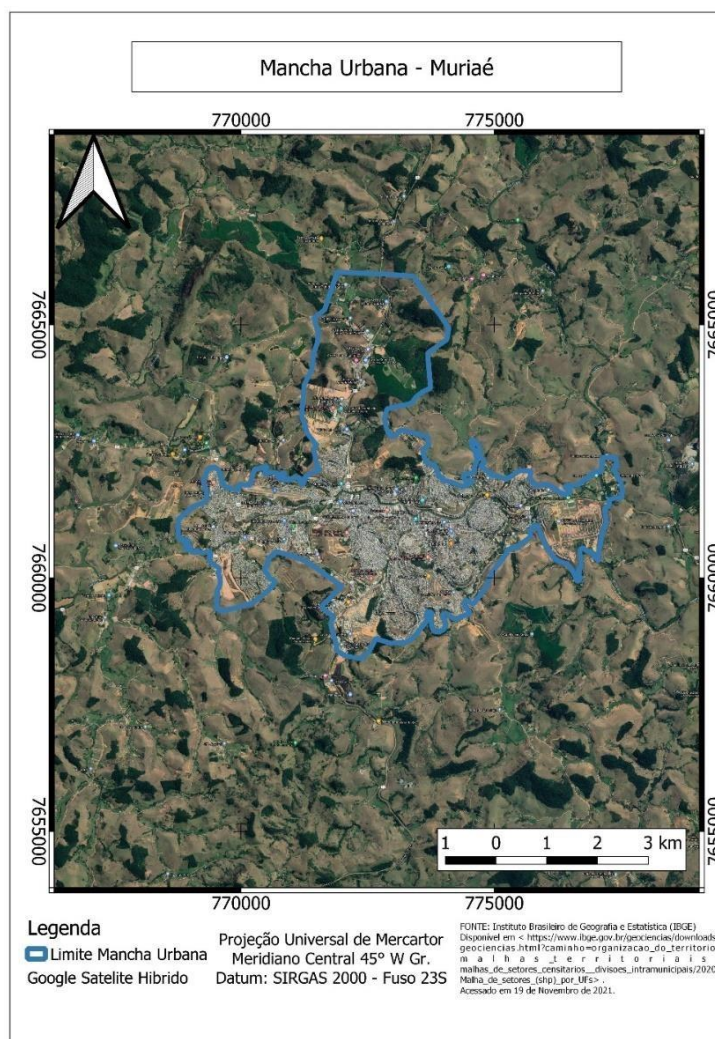


FIGURA 1 - ZONA URBANA A SER MAPEADA

5. DO PRESTADOR DE SERVIÇO

- 5.1.** O prestador de serviço terá missão de realizar atividades de nível superior, de complexidade e responsabilidade elevadas segundo o objetivo, metas e prazos de execução do **plano de trabalho** do Projeto 334 – TED 06/2021/MDR-SEDEC/UFV, disponíveis no Portal da Transparência – <https://facev.conveniar.com.br/portalttransparecia/> e a seguir relacionados:

5.1.1. Dos objetivos do prestador de serviço

5.1.1.1. Produzir, apresentar e entregar os serviços relacionados ao projeto descrito no item 1. Os serviços devem abranger todas as metas descritas no item 5.1.2.

5.1.2. Das metas do prestador de serviço

5.1.2.1. Para o serviço técnico de engenharia especializado em cobertura aerofotogramétrica com perfilamento a laser

META ÚNICA: Planejar e realizar a cobertura aerofotogramétrica com perfilamento a laser em áreas definidas pela contratante para geração de ortomosaico com GSD de até 10 (dez) centímetros, bem como obtenção de 280 (duzentos e oitenta) pontos por metro quadrado para construção da nuvem de pontos e posterior geração do Modelo Digital de Terreno e curvas de nível com equidistância de 1 (um) metro na escala de 1:2.000.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA COM PERFILAMENTO A LASER

6.1.1. Condições gerais

Os serviços de campo deverão atender às seguintes condições:

- a. A contratante fornecerá diretrizes gerais para execução dos serviços. Em casos específicos, a contratante e a contratada poderão planejar a execução dos serviços em conjunto;
- b. Cabe a contratada, a solicitação das licenças obrigatórias para execução dos serviços junto aos Órgãos Competentes nos trechos determinados pela contratante.
- c. Além de atender as especificações técnicas aqui apontadas, as empresas LICITANTES devem conhecer e acatar as disposições legais pertinentes, vigentes à época de realização dos serviços, inclusive as contidas nos seguintes itens:
 - I. Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, que fixa as diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências;
 - II. Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, que dispõe sobre aerolevantamentos no território nacional, e dá outras providências;
 - III. IBGE, Resolução PR nº 22, de 21 de julho de 1983, que estabelece as Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos em território brasileiro;
 - IV. Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984, que estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional;
 - V. ABNT, NBR 13.133, de 30 de junho de 1994, que fixa as condições exigíveis para a execução de levantamento topográfico;
 - VI. Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997, que regulamenta o Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, que dispõe sobre aerolevantamento no território nacional, e dá outras providências;
 - VII. Portaria nº 637 SC-6/FA-61, de 05 de março de 1998, que aprova as Instruções Reguladoras de Aerolevantamento no território nacional.

- VIII. Portaria nº 190/GC, de 20 de março de 2001, que aprova Instruções Reguladoras para autorização e funcionamento de empresas de táxi aéreo e de serviço aéreo especializado e dá providências;
- IX. Decreto nº 5.334, de 6 de janeiro de 2005, que dá nova redação ao art. 21 e revoga o art. 22 do Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984, que estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional;
- X. IBGE, Resolução PR nº 1, de 25 de fevereiro de 2005, que altera a caracterização do Sistema Geodésico Brasileiro;
- XI. CONCAR, Resolução nº 1/2006, que homologa a Norma da Cartografia Nacional, de estruturação de dados geospaciais vetoriais, referentes ao mapeamento terrestre básico que compõe a Mapoteca Nacional Digital;
- XII. CONCAR, Especificação Técnica para a Estruturação de Dados Geospaciais Vetoriais, (ET-EDGV, Versão 2.02), 2007;
- XIII. CONCAR, Perfil de Metadados Geospaciais do Brasil (Perfil MGB), 2009.
- XIV. IBGE, Recomendações para Levantamentos Relativos Estáticos – GPS, 2008;
- XV. Decreto nº 6.666, de 27 de novembro de 2008, que institui no âmbito do Poder Executivo Federal, a Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, e dá outras providências;
- XVI. DSG, Especificação Técnica para a Aquisição de Dados Geospaciais Vetoriais (ET – ADGV), Versão 1.0), 2009;
- XVII. Resolução nº 1, de 30 de novembro de 2009, que homologa a Norma da Cartografia Nacional, que define o Perfil de Metadados Geospaciais do Brasil;

6.1.2. Dos serviços de cobertura aerofotogramétrica

6.1.2.1 Voo fotogramétrico

- XVIII. O aeromodelo a ser utilizado deverá ter teto operacional mínimo capaz de suportar o equipamento Lidar, de forma a não interferir na tomada das fotos e na sua qualidade técnica, além de possuir receptor GNSS para orientação da tomada das faixas de voo.
- XIX. A altitude de voo deverá ser tal que permita a obtenção de fotografias na escala 1:2.000, com variação máxima na altura de voo de 5% (cinco por cento) em relação ao plano médio do terreno.
- XX. A superposição lateral média entre as faixas contíguas deverá ser de 70% (setenta por cento), admitindo-se uma tolerância de + 10% (dez por cento) e -5 % (cinco por cento).

- XXI. A superposição longitudinal entre fotografias sucessivas de uma faixa deverá ser de 70% (setenta por cento), admitindo-se uma tolerância de + 10% (dez por cento) e -5 (cinco por cento).
- XXII. A deriva máxima por foto de uma faixa deverá ser inferior a 5° (cinco graus), devendo a média da faixa não ser superior a 2° (dois graus).
- XXIII. Deverá ser feita a cobertura da área de interesse através da obtenção de imagens digitais coloridas, utilizando um GSD (*Ground Sample Distance*) definido de até 10 (dez) centímetros;
- XXIV. Todos os serviços deverão estar isentos de defeitos e falhas, como arraste das imagens, devendo ser executados de acordo com este documento;
- XXV. O voo deverá ser executado com céu aberto possibilitando a obtenção de imagens nítidas. A inclinação solar deverá ser superior a 30° do horizonte. As fotografias deverão ser, preferencialmente, tomadas sem presença de bruma, neblinas, poeira, queimadas e sombras que cobrem mais do que 5% da superfície da fotografia;
- XXVI. A contratada deverá garantir, no recobrimento aerofotogramétrico, que todas as feições estejam representadas na perspectiva ortogonal nas ortofotos, não devendo ter distorções de objetos no terreno. Sendo assim, caso necessário, a contratada deverá propor um recobrimento superior ao mínimo estipulado.

6.1.2.2 Fotomosaico

- I. Deverá ser elaborado um fotomosaico (junção de todas as fotografias ortorretificadas) para comprovação do voo e visualização do uso de solo, sendo este em caráter preliminar sem tratamento refinado para uso imediato nos estudos iniciais.
- II. A resolução deverá ser de 50cm e o formato do arquivo deverá ser o *.ecw, que permita a manipulação de uma base única contendo toda a área de interesse.
- III. Para a ortorretificação destas imagens que comporão o mosaico, deverá ser utilizado a nuvem de pontos do perfilamento laser reamostrado e os dados de orientação exterior das imagens obtidos diretamente no voo (processamento de trajetória), utilizando-se da técnica de georreferenciamento direto.

6.1.2.4 Apoio Terrestre Suplementar e Aerotriangulação

- I. O apoio terrestre suplementar consistirá na determinação em campo das coordenadas de pontos perfeitamente fotoidentificáveis, previamente selecionados ao longo do perímetro da área e no recobrimento lateral entre as faixas de voo, em locais preferencialmente planos e com espaçamentos que atendam as especificações para a escala final do mapeamento, necessários à orientação dos estéreo-modelos.

- II. Os pontos deverão coincidir com cantos de cercas, casas, muros ou outros detalhes perfeitamente identificáveis nas fotografias aéreas, evitando-se áreas excessivamente claras ou escuras das fotografias.
- III. Estes pontos poderão ser pré-sinalizados, o que melhora a identificação nas fotografias após a realização do voo. Em caso de opção por esta técnica, as sinalizações devem ser construídas utilizando materiais de alto contraste e dimensões mínimas de 3 x 5 pixels da imagem que permita a identificação inequívoca.
- IV. Para a determinação das coordenadas dos pontos de apoio serão utilizados rastreadores de satélites (GNSS (Sistemas Globais de Navegação por Satélite)). O posicionamento geodésico deverá ser realizado por técnicas diferenciais, como Dupla e Tripla Diferença de Fase, para minimizar os erros orbitais e de refração ionosférica e troposférica, entre outras.
- V. Estes pontos de apoio serão adensados pelo processo de aerotriangulação digital.
- VI. Para a aerotriangulação poderão ser empregados softwares digitais que garantam a obtenção dos padrões de precisão e exatidão exigidos para cartas classe A do decreto 89817/84 na escala da restituição (1:2.000).
- VII. O ajustamento da aerotriangulação deverá ser realizado em programa computacional de eficiência comprovada, preferencialmente com o ajustamento simultâneo de bloco de feixes de raios.
- VIII. As coordenadas dos marcos deverão ser obtidas através do rastreamento de satélites do sistema GPS, com receptores geodésicos de duas frequências (L1 e L2) no modo estático – fase da portadora, que garantam precisão mínima de 5mm ± 2 ppm na determinação das componentes dos raios vetores definidos pelas estações.
- IX. As leituras com GPS serão feitas com PDOP máximo de 6 (seis) e taxa mínima de observação de 5 segundos.
- X. As operações de rastreamento deverão ser realizadas utilizando-se a técnica de posicionamento relativo estático, em que 2 ou mais receptores fixos observam o mesmo satélite. Os procedimentos de campos devem fornecer múltiplas linhas de base para os vértices da rede formando sempre figuras geométricas fechadas.
- XI. O tempo mínimo de rastreamento para os marcos, deverá ser de 4 horas cada seção.
- XII. Deverão ser elaboradas monografias para os marcos, contendo no mínimo as seguintes informações: Nome da Estação, Localização do vértice, Sistema de Referência, Sistema de Projeção, Coordenadas geográficas e Planas UTM, Descrição, Croqui, Itinerário, localização e fotografia quando do momento do rastreamento.

- XIII. Para o apoio fotogramétrico, pré-sinalizado ou fotoidentificável, deverá ser rastreado a partir dos marcos implantados, utilizando o modo RTK.
- XIV. A densidade mínima dos pontos de apoio fotogramétrico, deverá ser aquela necessária para ajuste da aerotriangulação, devendo ser distribuídos no perímetro do bloco de voo, inflexões e interno a área do aerolevanteamento.
- XV. Posteriormente ao apoio fotogramétrico, deverão ser levantados pontos para controle de qualidade dos produtos cartográficos, sendo estes pontos determinados com os mesmos critérios estabelecidos anteriormente e distribuídos ao longo da área, distantes dos pontos utilizados na aerotriangulação, que permitam a elaboração do Teste de Carta e enquadramento da Cartografia produzida no PEC PCD Classe A para a escala 1:2.000.
- XVI. Durante a aerotriangulação deverá realizado um rigoroso controle de qualidade de todas as etapas, como análise da orientação interna, verificação da densidade e distribuição dos *tie points* e avaliação dos resultados estatísticos, destacando o estudo comparativo dos residuais das coordenadas dos pontos de controle, onde serão atestadas as precisões mencionadas neste Termo de Referência;
- XVII. Para a verificação da aerotriangulação, serão admitidas tolerâncias analisadas a partir dos resíduos dos pontos de apoio em campo e fotogramétricos. Abaixo, estão indicados os valores máximos do EMQ entre as coordenadas obtidas e as dos pontos em campo:
- a. Pontos de apoio
 1. EMQ (planimetria) ≤ 1 pixel;
 2. EMQ (altimetria) ≤ 2 pixel;
 - b. Pontos fotogramétricos
 1. EMQ (planialtimétrico) ≤ 1 pixel.
- XVIII. Ao final do processo de aerotriangulação, deverá ser elaborado relatório técnico consolidado apresentando todo o procedimento adotado, as estatísticas dos resultados e o ajuste final. Neste relatório, deverão ser testados os 20 pontos de controle de qualidade levantados especificamente para isso (não fizeram parte do ajuste) para comprovar o atendimento dos requisitos de precisão.

6.1.3. Geração de Ortofotos RGB

- I. Para a geração das ortofotos, deve-se utilizar o MDT extraído do perfilamento laser após o tratamento definitivo;
- II. Deverão ser elaboradas ortofotos digitais, por meio da ortorretificação das imagens com mosaicagem e equalização, de forma a permitir o ajuste radiométrico, bem como os níveis de contraste, tonalidade e homogeneização das mesmas;

- III. As imagens digitais deverão apresentar uniformidade de cor e de densidade, tanto nas zonas de sombras como nas de tons vivos e meios tons, estar isentas de presenças de anéis de Newton, sujeiras eletrônicas ou reais como: arranhões, fiapos, fios de cabelos, ruídos eletrônicos, como ruídos térmicos, faixas verticais, manchas caracterizadas por atraso de sinal, entrelaçamento de ruídos, entre outros;
- IV. Deverá ser realizada retificação diferencial da imagem digital de cada ortofoto, com emprego de programas especialmente desenvolvidos para produção de fotogrametria digital;
- V. O programa a ser empregado no processamento de imagens deverá possibilitar o tratamento dos parâmetros: ajuste da tonalidade, níveis de contraste, homogeneização das imagens, ajuste radiométrico (descontinuidade nas imagens adjacentes, luminosidade);
- VI. Deverá ser elaborado um mosaico com a resolução espacial de 10 cm correspondente a junção de todas as ortofotos articuladas em formato *.ecw;
- VII. Não serão toleradas diferenças radiométricas das porções ou de faixa das imagens oriundas, resposta espectral incorreta, vinhete devido à ótica do sistema e erros geométricos oriundos de procedimentos incorretos durante a digitalização da imagem;
- VIII. A resolução espacial das ortofotos deverão ter GSD de 10 cm e resolução radiométrica de 8 bits por banda.

6.1.4. Teste de Carta

Para comprovação da qualidade dos produtos cartográficos na escala 1:2.000 e do MDT, deverão ser testados, utilizando-se pontos coletados especificamente para esta finalidade, na quantidade mínima de 20 pontos por lote de produtos, que atendam os seguintes requisitos:

- I. A acurácia posicional absoluta altimétrica de todos os pontos do MDT, deverão estar de acordo com o que prevê a ET-ADGV, em escala 1:2.000 PEC-PCD classe A.

7. DOS PRAZOS DE ENTREGA, RECEBIMENTOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1. PRAZOS DE ENTREGA

7.1.1. A ordem de serviço será emitida de forma global pela contratante, onde constará a localidade e descrição dos serviços a serem executados;

7.1.2. Os serviços descritos na ordem de serviço poderão sofrer alteração sem aviso prévio e a critério, única e exclusivamente, da contratante;

7.1.3. A contratada deverá iniciar os serviços até o 5º (quinto) dia subsequente ao da expedição da Ordem de Serviço;

7.1.4. A contratada deverá enviar curvas “provisórias” da parte emersa do trecho trabalhado com 20 (vinte) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, sendo 5 (cinco) destes destinados à mobilização;

7.1.5. O prazo para a entrega final dos produtos de todos os serviços descritos neste Edital são de **60 (sessenta) dias** contados a partir da assinatura do contrato;

7.1.6. A Contratada se compromete a entregar todos os produtos até as datas estipuladas pela contratante.

7.2. DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

7.2.1. Cobertura Aerofotogramétrica com Perfilamento a Laser

- I. Modelo Digital de Terreno (MDT);
- II. Modelo Digital de Superfície (MDS);
- III. Levantamento aerofotogramétrico de toda zona urbana;
- IV. Nuvem de pontos classificada e colorizada (solo, edificações, árvores, etc.);
- V. Geração de ortofotos e ortomosaico;
- VI. Controle de qualidade dos produtos cartográficos gerados de acordo as normas da INDE; e
- VII. Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços prestados.

7.3. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO

7.3.1. Todos os serviços deverão estar de acordo com as especificações fornecidas neste Termo de Referência, além de todas as normas e leis vigentes referentes a estes serviços de engenharia;

7.3.2. Os produtos serão entregues em formato digital para a contratada, que avaliará a qualidade dos dados entregues. Caso os produtos sejam reprovados, a contratada terá o prazo de 20 (vinte) dias para adequar às exigências.

8. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

8.1. A equipe técnica apresentada deverá ser composta por profissionais habilitados em suas respectivas entidades profissionais, que tenham comprovação de experiência nos serviços objeto da contratação, em conformidade com a área de atuação de cada técnico.

8.2. Deverá ser apresentada declaração relacionando e qualificando cada um dos membros da equipe técnica alocada, com anuência dos mesmos, para a execução dos serviços deste edital, sendo esta, composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais, devendo atender os seguintes requisitos:

- IV. 01 Coordenador Técnico, com formação acadêmica em Engenharia de Agrimensura e/ou Engenharia Cartográfica, responsável por todos os serviços executados, com experiência comprovada por atestado e respectiva certidão de acervo técnico emitida pelo conselho profissional;
- V. 01 Coordenador de aerolevanteamento, com formação acadêmica em Engenharia de Agrimensura e/ou Cartografia responsável pelas atividades de aerolevanteamento, com experiência comprovada por atestado e respectiva certidão de acervo técnico emitida pelo conselho profissional;
- VI. Técnico de Segurança do Trabalho para acompanhamento das atividades em campo.

8.3. A experiência técnico-profissional de cada membro da equipe técnica, na sua respectiva área de atuação, deverá ser comprovada através de:

- III. Registro ou inscrição da licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Certidão de registro e Quitação Pessoa Jurídica), conforme o caso, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), da região da sede da empresa;
- IV. Atestado de capacidade técnico-profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, CAT(s), que tenha sido contratado para a execução de serviços similares, em características, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto do edital. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser de serviço(s) já concluída(s) e deverá(ão) constar discriminadamente os serviços componentes e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância.

8.3.1. Demais exigências

- IX. Não será permitida a participação de proponentes reunidas em consórcio;
- X. Não será permitida a subcontratação total dos serviços;
- XI. Inscrição da Licitante no Ministério da Defesa, categoria “A”, em vigor, conforme normas da Portaria Normativa nº 101/GM-MD, de 26 de dezembro de 2018.
- XII. No mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre a capacitação técnica da licitante para

desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, comprovação sua aptidão e domínio nas seguintes áreas de atuação:

- Aerofotogrametria e perfilamento laser;

XIII. Declaração de disponibilidade da relação de equipamentos a serem utilizados, constando suas características (marca e modelo), conforme especificado no termo de referência, constando no mínimo:

- 01 câmara aerofotogramétrica digital de grande formato com sensores independentes de registro das bandas R, G, B;
- 01 aeronave homologada para serviços de aerolevamento;
- 01 sensor laser aerotransportado com frequência capaz de atender às exigências técnicas definidas na especificação técnica;

XIV. Deverá ser anexada cópia dos certificados de Aeronavegabilidade e o de Matrícula e Nacionalidade, expedido pela ANAC, da(s) aeronave(s) a ser(em) utilizada(s) em nome da empresa, ou sob contrato, assim como cópia do Formulário SEGVÔO 001, referente à homologação do(s) sensor(es) aerotransportado(s) a ser(em) utilizado(s) na(s) aeronave(s), de acordo com o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica.

XV. Deverão ser anexadas cópias do PGR (Programa de Gerenciamento de Risco) com ART e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) da empresa participante e estes documentos devem estar vigentes na data da licitação.

XVI. Certidão de registro no CREA.

XVII. Prova do capital social integralizado mínimo de 10% do valor estimado do serviço.

XVIII. Quanto a Qualificação Econômico-financeira, apresentar declaração assinada pelo contador e pelo responsável legal da Licitante, comprovando os seguintes índices:

ET = Endividamento Total – menor ou igual a 0,50

LC = Liquidez Corrente – maior ou igual a 1,00

LG = Liquidez Geral – maior ou igual a 1,00

ET = Endividamento Total = Exigível total/Ativo total

9. DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

9.1. O processo de avaliação e seleção de um dentre os candidatos inscritos será conduzida por Comissão de Seleção da Facev, no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste EDITAL.

9.2. O processo de avaliação da pessoa jurídica, de caráter classificatório, será realizado em reunião única, com base nos dados contidos na documentação apresentada em conformidade com as especificações deste EDITAL.

9.3. A cotação da empresa vencedora será pelo **MENOR PREÇO**.

9.4. Capacitação Técnica Profissional

As Licitantes deverão comprovar a experiência de sua equipe técnica de coordenadores, em atendimento ao que estipula o Edital.

Observações:

- a) A equipe técnica de coordenadores deverá estar registrada no conselho profissional conforme legislação, com atribuições para execução das atividades previstas, quando for o caso;
- b) Os atestados dos profissionais vinculados ao CREA deverão ser acompanhados da respectiva CAT;
- c) Os atestados de aerolevanteamento apresentados deverão vir acompanhados da licença de voo expedida pelo Ministério da Defesa;
- d) Fica proibida a participação de um mesmo técnico em equipes de empresas licitantes distintas ou pessoas jurídicas que tenham sócios em comum, sob pena de desclassificação do certame.

10. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Depois da contratação, a contratada terá prazo de 5 (cinco) dias corridos para apresentar o cronograma de todas as atividades descritas no item 6.

10.2. A pessoa jurídica classificada em primeiro lugar, com a maior pontuação segundo os critérios constantes no item 9, será contratada pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para elaboração e apresentação dos serviços que compõem este edital.

11. DOS QUANTITATIVOS

A planilha a seguir resume os quantitativos máximos estabelecidos neste edital:

Item	Descrição	Quant.	Unid.
1	Cobertura aerofotogramétrica com GSD 10cm e perfilamento a laser com 280pts/sqm	2710	ha
2	Apoio de Campo e Aerotriangulação	2710	ha
3	Processamento Laser, Estereorestituição fotogramétrica na escala 1/2.000 e curvas de 1 em 1 metro em base contínua	2710	ha
4	Ortofoto na escala 1:2.000 com curvas de 1 em 1 metro em base contínua	2710	ha
5	MDT e MDS obtidos por laser	2710	ha

11.1. Os quantitativos poderão sofrer alterações conforme solicitação da contratante e em conformidade com os preços unitários fornecidos pela contratada, respeitando, ainda, o preço global.

12. DO VALOR DO SERVIÇO

O valor total do serviço a ser prestado está estimado em R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) que serão pagos da seguinte forma:

- a. A primeira parcela, correspondente a 50% do contrato, no valor de R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais), será paga após assinatura do contrato, para a mobilização;
- b. A segunda parcela, correspondente a 50% do contrato, no valor de R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais), após a entrega e aprovação de todas as condições e produtos pactuados em contrato e constantes neste edital, a ser pago em até 7 dias após a emissão da fatura de prestação de serviços.

13. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto deste certame ficará a cargo do coordenador do Projeto 334 – TED 06/2021/MDR-SEDEC/UFV, ou a quem esta designar, devendo verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridas as condições estabelecidas, para a fiel execução do objeto.

14. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Eduardo Antonio Gomes Marques

Coordenador do Projeto 334

Telefones de contato: (31) 9 9890-2812

E-mail: emarques@ufv.br

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

REF: Seleção Pública 004/2022.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAMOS, para todos os efeitos legais, que ao apresentar uma proposta, com preços e prazos indicados, estamos de pleno acordo com as condições estabelecidas para esta licitação, às quais nos submetemos incondicional e integralmente.

(Cidade), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal

Nome (legível):

RG:

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

REF: Seleção Pública 004/2022.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Nome da empresa), CNPJ nº _____ sediada à (endereço completo),

DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para

a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Cidade), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal

Nome (legível):

RG:

ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa – FACEV.

Prezados Senhores:

Declaramos que foram examinadas minuciosamente as normas específicas do Edital de Seleção Pública nº 004/2022, Processo de compra 1437/2022 e do Termo de Referência para a contratação de uma empresa especializada para realizar serviço de levantamento aerofotogramétrico da zona urbana da cidade de Muriaé – MG.

Propomos, sob nossa integral responsabilidade, entregar o serviço na forma prevista na Seleção Pública e seus anexos, pelo valor total de R\$ _____ (*valor por extenso*).

(Cidade), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal

Nome (legível):

RG:

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

REF: Seleção Pública 004/2022.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

37

() Microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2008.

() Empresa de Pequeno Porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2008.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2008.

(Cidade), _____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal

Nome (legível):

RG:

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE DE MENORES

REF: Seleção Pública 004/2022.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa, CNPJ sob o N°., com sede em, declara, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Viçosa-MG, de de 2022.

Assinatura do representante legal

Nome (legível):

RG:

ANEXO VII – TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº __/2022

TERMO DE COMPROMISSO DE FORNECIMENTO RELATIVO À CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO FACEV E A PRESTADORA DE SERVIÇOS

_____, PARA OS FINS QUE MENCIONA.

COMPROMITENTE: Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa - FACEV.

CNPJ: 02.414.568/0001-84

Endereço: Vila Giannetti, casa 3, Campus UFV

Viçosa/MG - 36570-900

Representada por: Edgard Francisco Alves

CPF: 157.456.276-20

RG: MG 33.355

COMPROMISSÁRIO: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF: _____ RG: _____

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, as partes denominadas COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIO, resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO, sujeitando-se às normas disciplinares do Decreto nº 8.241/14 e, supletivamente, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e demais legislações correlatas. Este termo de compromisso se vincula para todos os fins de direito ao processo de Seleção Pública nº 004/2022 e seus respectivos Anexos e Proposta apresentada pela COMPROMISSÁRIO e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O COMPROMISSÁRIO obriga-se a prestar serviço de levantamento aerofotogramétrico da zona urbana da cidade de Muriaé – MG, está em desenvolvimento pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) com a gestão administrativa e financeira da Fundação Facev, conforme especificações constantes no ANEXO I, Temo de Referência do instrumento convocatório que integra o presente, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução deste termo de compromisso será de forma indireta, proibido subcontratar, ceder ou transferir a sua execução.

2.2. A **COMPROMITENTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos com terceiros pela **COMPROMISSÁRIO**, ainda que vinculados à execução do presente instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **COMPROMISSÁRIO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO REGISTRO DE PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Pela execução do objeto, a **COMPROMITENTE** pagará à **COMPROMISSÁRIO**, o valor de R\$ _____ (_____). Neste valor já estão inclusos todos os impostos, taxas, encargos sociais, frete e quaisquer outras despesas que incidam sobre a prestação de serviços.

3.2. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE**, após a aprovação do coordenador do projeto mediante a entrega das atividades, através de ordem bancária a favor da licitante vencedora, até o 10º (décimo) dia útil, após o recebimento do documento fiscal referente à entrega do objeto.

3.3. A **COMPROMITENTE** efetuará o pagamento somente à licitante vencedora, que também deverá ser a emitente da nota fiscal, em conta bancária da pessoa jurídica constante na Ordem de Serviço (OS), vedada sua negociação com terceiros.

3.4. Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

3.5. A **COMPROMITENTE** somente atestará e liberará as Notas Fiscais para os pagamentos após respectivas aferições do cumprimento das obrigações pela **COMPROMISSÁRIO**, que deverá fazer constar nas Notas Fiscais correspondentes, o nome do banco, número de sua conta bancária e respectiva agência, bem como o número da Ordem de Serviço (OS).

3.6. Entende-se, por aferição da obrigação, a aprovação e fiscalização pela FACEV, ou de pessoa por ela designada, atestando que os serviços foram executados, de acordo com as especificações estabelecidas neste instrumento contratual. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até que seja sanada a irregularidade, sem que isso acarrete ônus adicionais para a COMPROMITENTE.

3.7. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira/técnica que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do termo de compromisso de fornecimento será limitada a **60 (sessenta) dias** e poderá ser prorrogada por iguais períodos, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço se mantém vantajoso.

PARÁGRAFO ÚNICO. A COMPROMITENTE não será obrigada a firmar as contratações que deste termo poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do termo preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados no local informado pela COMPROMITENTE e será executado conforme suas necessidades, mediante emissão de ordens de serviços parciais, por não ser possível estabelecer previamente o quantitativo exato para o atendimento das necessidades deste objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

Os serviços deverão ser entregues conforme exigências dispostas no Termo de Referência constantes no Anexo I do Edital da Seleção Pública nº 004/2022 e na Proposta Comercial da COMPROMISSÁRIA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FACEV

7.1. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Edital e do termo de compromisso.

7.2. Comunicar tempestivamente à COMPROMISSÁRIO, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no decorrer da prestação dos serviços para a imediata adoção das providências para sanar os problemas eventualmente ocorridos.

7.3. Proporcionar as condições necessárias para que a COMPROMISSÁRIO possa cumprir o que estabelecem o Edital e o termo de compromisso.

7.4. Atestar as notas fiscais/faturas desde que tenham sido entregues conforme estipulado no termo de compromisso, verificar os relatórios apresentados, encaminhar as notas fiscais e/ou faturas, devidamente atestadas, para pagamento no prazo determinado.

7.5. Comunicar ao COMPROMISSÁRIO para que seja efetuada a substituição de empregado que, por qualquer motivo, não esteja correspondendo às expectativas.

7.6. Notificar o COMPROMISSÁRIO, por escrito, sobre as imperfeições, falhas e demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos no presente Edital e no termo de compromisso, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para correção do que for notificado.

7.7. Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, dos serviços que estiverem de acordo com as especificações, comunicando ao COMPROMISSÁRIO, quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos.

7.8. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto do COMPROMISSÁRIO.

7.9. Fornecer em tempo hábil todos os dados técnicos e informações de sua responsabilidade, necessários à execução do serviço.

7.10. Apresentar e manter atualizado os sistemas coletores e banco de dados a serem utilizados pelo COMPROMISSÁRIO.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

8.1. Comprovar que atendem ao objeto descrito no deste termo de referência e da proposta apresentada.

8.2. Atender aos requisitos técnicos do serviço em até 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de compromisso. O não cumprimento de qualquer requisito técnico implicará no cancelamento do termo de compromisso.

8.3. Proceder à correção de erros ou falhas que forem constatados em seus produtos de trabalho durante toda a vigência do termo de compromisso, sem ônus adicional para a COMPROMITENTE. Caso o COMPROMISSÁRIO comprove que o erro ou falha decorre de falha comprovadamente registrada em especificação fornecida pela COMPROMITENTE, o serviço será remunerado normalmente.

8.4. Providenciar a substituição do profissional que apresente comportamento inadequado ou prejudicial ao serviço, sem custos adicionais para a COMPROMITENTE.

8.5. Manter, durante toda a execução do termo de compromisso, todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.6. Seguir normas, políticas e procedimentos da COMPROMITENTE, no que concerne a execução do objeto.

8.7. Executar os artefatos encomendados, de acordo com os respectivos cronogramas, gerando produtos dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as metodologias e padrões da COMPROMITENTE.

8.8. Adaptar aos padrões de trabalho e artefatos alterados pela COMPROMITENTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da comunicação.

8.9. Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto do termo de compromisso, arcar com os eventuais prejuízos causados à COMPROMITENTE ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução dos serviços, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela COMPROMITENTE.

8.10. Comunicar à COMPROMITENTE, por escrito, quaisquer anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.

8.11. Recrutar e contratar mão de obra especializada e ou associados, qualificados e em quantidade suficiente à perfeita prestação dos serviços, em seu nome e sob sua responsabilidade. É vedada a contratação de ex-funcionários da COMPROMITENTE desligados a menos de 06 (seis) meses e a subcontratação.

8.12. Efetuar os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora.

8.13. Assumir total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências e promoções.

8.14. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e a quaisquer outras derivadas ou conexas com o termo de compromisso, ficando ainda, para todos os efeitos legais, inexistente qualquer vínculo empregatício entre seus colaboradores e/ou preposto e a COMPROMITENTE.

8.15. Atender aos prazos estabelecidos e acordados na Ordem de Serviço enviada pela COMPROMITENTE.

8.16. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações e dados, contidos em quaisquer mídias e documentos, que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à COMPROMITENTE, respondendo pelos danos que venham a ocorrer.

8.17. Responder pelo cumprimento dos postulados legais, cíveis, trabalhistas e tributários vigentes no âmbito federal, estadual, municipal ou Distrital.

8.18. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pela COMPROMITENTE.

8.19. Responsabilizar-se pelos equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços.

8.20. Efetuar a entrega, com frete incluso, diretamente na localidade mencionada neste termo de referência;

8.21. Arcar com o pagamento de todas as despesas de entrega e transporte do produto ou serviço fornecido;

8.22. Comunicar imediatamente à FACEV qualquer caso fortuito ou de força maior que incidir sobre a entrega do produto, procurando solucioná-los e responsabilizando-se pelos mesmos desde já; e

8.23. Prestar toda e qualquer informação solicitada pela FACEV, para verificação das cláusulas estipuladas no termo de referência.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO /ALTERAÇÕES

9.1. O COMPROMISSÁRIO deverá iniciar a prestação dos serviços a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de incidir na multa prevista no item 12.2. deste instrumento.

9.2. A execução do serviço deverá ocorrer de imediato, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.

9.3. O termo de compromisso poderá ser prorrogado, em comum acordo entre COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIO.

9.4. O presente instrumento poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, nas cláusulas e condições cabíveis, conforme a legislação vigente, mediante motivos justificados.

9.5. No interesse do Projeto e mediante prévio conhecimento e aceitação do Coordenador do Projeto e da FACEV, os quantitativos descritos no Termo de Referência poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 40%, conforme disposto no Art. 29 do Decreto n. 8.241/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A fiscalização dos serviços será de competência do coordenador do projeto, o Sr. Gérson Rodrigues dos Santos.

10.2. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo dos serviços e será exercida no interesse exclusivo da COMPROMITENTE, representando os interesses da Universidade Federal de Viçosa, e não exclui nem reduz a

responsabilidade da COMPROMISSÁRIO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

10.3. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução dos serviços será através de *e-mail* institucional ou carta encaminhada e protocolada, em que tanto a COMPROMISSÁRIO quanto a fiscalização deverão escrever/notificar tudo o que julgar conveniente, para comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do termo de compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O presente termo de compromisso poderá ser rescindido a critério da COMPROMITENTE, sem que à COMPROMISSÁRIO caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

11.1.1. Inobservância das especificações acordadas;

11.1.2. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;
e

11.1.3. Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações, a COMPROMITENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa na forma prevista no **subitem 12.2.**; e

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a **02 (dois) anos**.

12.2. O COMPROMISSÁRIO estará sujeita à multa tratada no subitem anterior, nos seguintes casos:

a) Se não entregar os documentos/serviços no prazo estipulado, a não ser por motivo de força maior reconhecido pela COMPROMITENTE, ficará sujeita à

multa diária de **0,5% (meio por cento)** do valor total do termo de compromisso, por dia que ultrapasse o referido prazo, aplicável até o **30º (trigésimo) dia**; e

b) A partir do **31º (trigésimo primeiro) dia**, será considerada recusa formal, sendo o termo de compromisso e a Ordem de Serviço (OS) cancelados, sujeitando-se a COMPROMISSÁRIO ao pagamento de multa compensatória de **10% (dez por cento)** do valor total do termo de compromisso.

12.3. As multas referidas no subitem anterior serão descontadas segundo a ordem estabelecida nos §§ 2º e 3º do art. 86, da Lei nº. 8.666, de 1993.

12.4. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da comunicação da infração, mediante depósito na conta bancária da COMPROMITENTE.

12.5. As multas não recolhidas no prazo estabelecido no item 14.2 serão descontadas dos pagamentos ainda pendentes, devidamente corrigidas monetariamente.

12.6. Qualquer penalidade aplicada será precedida da observância do contraditório e da ampla defesa.

12.7. Havendo rescisão por culpa do COMPROMISSÁRIO, esta ficará sujeita a multa de **10% (dez por cento) do valor total** do termo de compromisso, e ainda às penalidades previstas na lei nº 8.666/93, em seus artigos 81 a 86. Havendo rescisão unilateral por parte da COMPROMITENTE, sem culpa da COMPROMISSÁRIO, esta será ressarcida dos prejuízos devidamente comprovados que houver sofrido, inclusive pelos custos de execução até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A execução dos serviços deverá ser efetuada rigorosamente de acordo com os termos da proposta apresentada e com o Termo de Referência, sendo que quaisquer alterações só poderão ser realizadas se constarem de solicitação apresentada por escrito, com posterior aprovação pela **COMPROMITENTE**.

13.2 A aferição da qualidade dos serviços será feita de acordo com as disposições deste instrumento contratual e da proposta, bem como com as Normas Técnicas aplicáveis ao assunto.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Viçosa/MG, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que, porventura, surgirem com base neste termo de compromisso.

Assim, certas e compromissadas, firmam as partes o presente *Termo de Compromisso de Prestação de Serviços*, em **03 (três) vias** de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas, para que produza seus efeitos.

Viçosa (MG), _____ de _____ de 2022.

COMPROMITENTE

COMPROMISSÁRIO

(assinatura [acima] e identificação
[abaixo] do representante legal)

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Testemunhas:

1- _____

2- _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF: